

RECOMENDAÇÃO

ÀS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA, EMPRESAS OU ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS UTILIZADORAS DESTES SERVIÇOS E INFORMAÇÃO AOS TRABALHADORES

(Alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de setembro e Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 102/2000, de 2 de junho)

Após diálogo com os parceiros sociais do setor, representantes das empresas e dos trabalhadores, e considerando o disposto na Lei, a ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho **recomenda**, com objetivos de:

- Prevenção de ilegalidades em matéria laboral e outras conexas no âmbito dos sistemas de segurança social e fiscal
- Prevenção de riscos profissionais
- Promoção de uma concorrência leal, contribuindo para a transparência do mercado
- Promoção do emprego no setor

Que os preços finais a praticar pelas empresas de segurança privada respeitem o somatório de todos os custos abaixo descritos, sob pena de estas e as utilizadoras se envolverem, ao não o fazerem, em ilegalidades muito graves, *dumping social* e concorrência desleal.

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES INTEGRANTES DO PREÇO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA (MENSAL)

Descrição do serviço (1 posto)	Custos do serviço por mês (euros)		Nº de vigilantes necessários (referência)
24 Horas, todos os dias do ano	5.309,54	A ⁽¹⁾	4,60
OUTROS CUSTOS RELACIONADOS COM O TRABALHO	710,14	B ⁽²⁾	
OUTROS CUSTOS DE SERVIÇOS	C ⁽³⁾		
MARGEM COMERCIAL	D		
PREÇO	A + B(6019.68) + C + D=		

(1) Custos mínimos diretos com o trabalho: salário, férias, subsídios de férias e Natal, trabalho noturno, trabalho em feriados, taxa social única e subsídio de alimentação.

(2) Incluindo: absentismo remunerado, crédito de formação, seguros (acidentes de trabalho e de responsabilidade civil), fardamento e outros materiais de serviço, custos com SST, provisões de férias e subsídios (ano de entrada), recrutamento, formação e estágio, coordenação e controlo operacional. O montante correspondente a esta rubrica foi determinado por acordo entre os parceiros sociais abaixo indicados.

(3) Custos de estrutura e de serviços.

NOTA:

1. Estes valores correspondem somente a custos diretos do pessoal de vigilância afeto à prestação do serviço, considerando turnos de 8 h.
2. A utilização de turnos superiores a 8h agravará estes custos, devido aos acréscimos legais do valor do trabalho suplementar e respetiva TSU.
3. Os valores foram calculados tendo por referência o CCT do sector com a atualização salarial mais recente (CCT entre a AES e a FETESE e outras, BTE, n.º 8, 28/2/2011 e CCT entre a AES e outra e o STAD e outros, BTE, n.º 17, 8/5/2011). Não foram publicadas portarias de extensão.
4. Não têm em conta as alterações a serem efetuadas ao Código do Trabalho, previstas no acordo de concertação social de 18/01/2012.

A ACT recomenda às **entidades utilizadoras** de serviços de segurança privada, públicas e privadas, que:

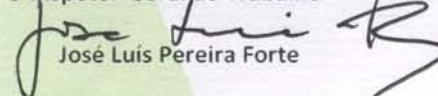
- Não negoceiem a preços inferiores aos enunciados
- Se assegurem que as empresas de segurança privada estão devidamente licenciadas para a atividade mediante alvará e seguem as práticas aqui recomendadas, os seus trabalhadores estão abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social e são cumpridas as obrigações para com a Segurança Social.

Se é **trabalhador** de segurança privada, informe-se e exija que os seus direitos lhe sejam assegurados.

Informações mais pormenorizadas poderão ser obtidas em www.act.gov.pt, e através de:
<http://www.aes-empresasdeseguranca.com/>; www.stad.pt; www.sitese.pt; www.aesirf.org.pt.

Lisboa, 12 de abril de 2012

O Inspetor-Geral do Trabalho


José Luís Pereira Forte